

balidio

cartazes e bandeiras

Sumário

Cartazes e bandeiras

02

Perfil híbrido


17

Residência

20

Babilônia

24



CARTAZES E BANDEIRAS

Cartazes e Bandeiras

- 03 Cartazes Antidemocráticos
- 06 A dialética da imagem na subjetividade da política e na construção do imaginário popular antidemocrático
- 09 Dualidade Idiossincrática: A democracia e a camisa canarinho
- 12 Corpos negros que caem: Quem não cuidou de Miguel?
- 14 Sobre Bandeiras e identidades

Cartazes Antidemocráticos

por Raulino Chaves e Monalisa Soares

Em tempos de política nas redes sociais, nas quais os memes se destacam, as mobilizações de rua têm chamado atenção, especialmente, pelo conteúdo de cartazes e faixas produzidos e exibidos pelos manifestantes. Entendemos que os cartazes configuram elemento central da performatividade política constituída pela tomada das ruas pelos manifestantes. Seguindo esse argumento, destacamos que, apesar da inquietação gerada com os cartazes que se perfilam nas manifestações recentes de grupos de direita, o gênero “cartaz” tem uma história que acompanha as diversas mobilizações que marcaram a história política brasileira no recente período democrático.

No gradual processo de retomada ao regime democrático na

década de 1980, tivemos inúmeras manifestações de rua com demandas diversas no sentido da ampliação do processo democrático: campanha pela anistia, campanha pelas Diretas Já, acompanhamento da elaboração da constituição cidadã de 1988, entre outras. As Diretas Já, ocorridas entre os anos de 1983 a 1984, podem ser tomadas como movimento emblemático do processo de redemocratização. “Eu quero votar para presidente” era o lema que figurava em inúmeros cartazes e faixas, tendo sido imortalizado na charge de Henfil. Além da demanda eleitoral, os manifestantes também estavam mobilizados em torno da Constituição Federal que traria os contornos do novo estado democrático e os direitos dele derivados.

Cabe destacar que a Constituição de 1988 — através do art. 5º, inc. XLVI — proibiu a ação de grupos contra o estado democrático, definindo a democracia como valor fundamental. Embora houvesse pleno gozo da liberdade de expressão e opinião, como reza seu Artigo 21, manifestações antidemocráticas seriam coibidas como forma de prevenir a sociedade da instalação de regimes autoritários, evitando o retorno de experiências ditatoriais que marcaram nossa história política, como o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Militar (1964-1985).

Manifestações antidemocráticas, além de serem proibidas, não faziam sentido no período da redemocratização porque ainda estávamos encerrando um regime autoritário. Na década de 1980, tínhamos, portanto, um consenso positivo em que os

protestos de rua convergiam para a construção da democracia no Brasil. Esse consenso pode ser observado nos cartazes que compunham a paisagem das Diretas Já.

Há certo consenso entre analistas brasileiros, entre eles Marcos Nobre na obra “Choque de democracia: Razões da revolta” publicada em 2013, que as manifestações de rua, no contexto de consolidação democrática, não tinham mais o volume das mobilizações do período de redemocratização. Foi em 2013 que, inesperadamente, as ruas voltaram a ser tomadas por multidões de manifestantes. Inicialmente motivadas pelo aumento de passagem em São Paulo e mobilizadas pelo Movimento Passe Livre. As Jornadas de Junho de 2013, como ficaram conhecidas, rapidamente se alastraram por todo o país.

Nesse processo de disseminação de manifestações, diversos temas vieram à baila, perpassados pelas críticas aos gastos públicos com a Copa das Confederações, que ocorreria naquele ano, e a Copa do Mundo, que iria ser sediada no Brasil em 2014.

Evento ainda discutido por cientistas sociais, as Jornadas de Junho podem ser compreendidas pela dispersão das demandas, ausência de consenso discursivo e de centralidade nas pautas. Um elemento, no entanto, se anunciava: as críticas ao sistema político, expostas de modo efusivo pelos cartazes.

Depois da onda de Junho de 2013, as manifestações de rua tornaram-se comuns na política brasileira. Em meio ao impeachment de Dilma Rousseff e os desdobramentos da Operação Lava Jato, formou-se um consenso em torno da ideia de que a corrupção constituía o “mal maior do país”. As mobilizações que mais arregimentaram participantes, entre os anos de 2015 e 2018, tinham o combate à corrupção como discurso central. Orientadas majoritariamente pelo antipetismo, as manifestações também traziam aspectos de um discurso antissistêmico que viria a marcar a campanha do candidato vitorioso de 2018.

A chegada de Jair Bolsonaro ao Executivo federal condensou uma série de insatisfações que estavam pairando sobre a política brasileira. Os efeitos devastadores da Lava Jato sobre os atores políticos tradicionais fomentaram a emergência de um discurso conservador que articulou elementos antissistema (rejeição aos partidos, Congresso e mídia) e saudosismo em relação à Ditadura Militar (pedidos de volta do Ato Institucional nº 5 e de intervenção militar).

O primeiro ano do governo foi permeado por ampla mobilização dos apoiadores do presidente, marcando um clima de campanha permanente. Em diversos momentos, Jair Bolsonaro acionou sua base para pressionar o Congresso pela aprovação de medidas como a Reforma da Previdência. Nestas manifestações chamavam atenção os cartazes produzidos pelos apoiadores do presidente que pautavam medidas autoritárias e antidemocráticas.

O início do ano de 2020 seguiu o mesmo ritmo. O mês de março prometia ser marcado por grandes manifestações de ruas, com direito a cartazes que iam do espectro político da extrema esquerda à extrema direita. O avanço da pandemia do coronavírus ocasionou o cancelamento das manifestações da esquerda agendadas para o mês de março, como a do dia 14, em protesto aos dois anos do assassinato da vereadora Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, e do dia 18, em defesa da democracia e da educação. Mas mesmo com a iminência de contágio em massa, a manifestação da direita aconteceu no dia 15 de março. Essa mobilização ignorou os protocolos de segurança e exibiu cartazes em tons autoritários com críticas ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF). A mobilização coletiva de direita parecia reivindicar o direito de não ter direitos, apresentando um enorme desafio a analistas políticos.



@borda_dinha



A mobilização coletiva de direita parecia reivindicar o direito de não ter direitos, apresentando um enorme desafio a analistas políticos.



O crescente aumento do número infectados e de mortes pelo vírus no país impediu apenas provisoriamente a ocorrência de protestos antidemocráticos da direita. No final do mês de março, dia 22, ocorreu uma mobilização em Brasília, tendo o presidente descido a rampa do Planalto para saudar os manifestantes. Jair Bolsonaro, que estava sem máscara de proteção, cumprimentou manifestantes com soquinhos, manuseou celulares para tirar selfies e conversou de perto com os manifestantes.

Em abril essas manifestações da extrema direita retornaram com força, contrariando orientações do próprio Ministério da Saúde ao provocar aglomeração e descumprir medidas de isolamento social. Para além do óbvio

descumprimento de medidas sanitárias e de críticas à política de quarentena adotada pelos governadores, essas manifestações causaram espanto ao radicalizarem seu discurso autoritário, defendendo práticas como censura à imprensa, intervenção militar com o presidente Bolsonaro à frente, fechamento imediato do Congresso e do STF. Alguns manifestantes carregavam cartazes com a seguinte frase: "o maior vírus é o STF".

No dia 19 de abril ocorreu uma das mais simbólicas manifestações antidemocráticas. Nela, o presidente da República, do alto de uma caminhonete em frente ao Quartel General do Exército na capital federal, vociferou: "Nós não iremos negociar nada!".

Essa fala era acompanhada de aplausos e gritos de apoio pela multidão que segurava cartazes defendendo o fechamento do Congresso Nacional e do STF e o retorno da ditadura militar com as Forças Armadas nas ruas e a implementação de medidas autoritárias de perseguição política (como o Ato Institucional nº 5). Essa manifestação ocasionou a abertura de um inquérito no STF para investigar protestos contra a Suprema Corte.

Manifestações antidemocráticas da extrema direita ainda ocorreram nos meses de maio e junho. Elas causavam espanto não apenas por desfilar com cartazes defendendo a Ditadura Militar (1964-1985), mas também por aglomerarem manifestantes, muito dos quais não usavam máscaras de proteção, em meio à maior crise sanitária do país. Nesse momento, o Brasil ocupava o segundo lugar mundial no número de infectados, obtido em 22 de maio, e de mortes por Covid-19, alcançado no dia 12 de junho.

O enaltecimento do discurso autoritário exibido nas manifestações antidemocráticas assusta, sobretudo quando observamos o avanço da pandemia no país, com o Brasil se aproximando de 2 milhões de infectados e somando mais de 73 mil mortes.

Tal cenário desolador exigiria a prática da "ética da responsabilidade", enunciada pelo sociólogo Max Weber na década de 1920, em que cidadãos e lideranças políticas têm consciência do dever político e da necessidade de uma convivência harmoniosa em sociedade. Por mais que os manifestantes de direita queiram se pautar em uma "ética da convicção", ao defender valores como "família tradicional", "liberdade econômica" e "ordem social" por exemplo, é necessário ter responsabilidade e respeitar a ordem democrática e as atuais medidas sanitárias de proteção à vida.

Observa-se a tomada de assalto de símbolos, ações e gestos relevantes da recente história política do país: a camisa com as cores da bandeira; as mobilizações de rua como potência para expressar posições políticas; os cartazes como forma de comunicação imediata sem a mediação dos poderes institucionalizados, como os partidos políticos. Paralelo a isso, há o esvaziamento da memória desses símbolos, em um dramático jogo de equilíbrio entre seu uso e sua aniquilação.

Como destacam os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, na obra "Como as democracias morrem" publicada em 2018, percebemos um cenário de polarização extrema que fragiliza as regras democráticas. Esse choque político faz com que até mesmo democracias consolidadas entrem em colapso. A divisão sectária acaba por politizar até mesmo o uso de máscara de proteção ao coronavírus e os protocolos sanitários de enfrentamento à pandemia. A direita radical rompe com as normas democráticas e revela seu autoritarismo reacionário ao não aceitar a oposição de pensamento e as ideias científicas.

A dialética da imagem na subjetividade da política e na construção do imaginário popular antidemocrático

Por Pedro Adjedan

A espécie humana desde os tempos remotos, ao que a cronologia histórica positivista resolveu chamar de “pré-história”, dialoga com o processo de constituição dos significados de tudo aquilo que representa o sujeito e do que está ao redor dele mesmo. Isso significa que, desde sempre, os sentidos das “coisas” são atribuídos antropicamente, em função dos contextos sociais, ambientais, temporais, políticos, econômicos, místicos e míticos, etc. Esses sentidos são simbólicos, representacionais, intrínsecos a relação dos sujeitos com a sua biologia, sua própria natureza, a natureza exterior e a relação com os outros indivíduos da mesma espécie. É basicamente um constructo semiótico como aponta Clifford Geertz numa perspectiva weberiana do conceito de cultura, pois “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”.

Se os sentidos e significados são assim, humanamente atribuídos, então as formas de expressão desses sentidos também estão ligadas as subjetividades e, as subjetividades por sua vez, condicionam-se dentro das

coletividades e se materializam nas produções materiais e imateriais, imagéticas ou sonoras. A humanidade se exterioriza através dos elementos representacionais numa dura ligação entre o individual e o coletivo.

Bauman (2010), define os elementos culturais como os habitus determinantes na construção das identidades, e vinculam os sujeitos à uma realidade coletiva. Por essa razão muitas de nossas ações decorrem do hábito e, como tal, não são alvo de escolha ampla e deliberada, são determinados por uma consciência cultural pré-existente. É como se fosse necessário evocar o conceito de fato social coercitivo, vinculando-o ao processo de construção das identidades, segundo o que apresenta o clássico da Sociologia, Émile Durkheim:

“Desde os primeiros anos de vida, são as crianças forçadas a comer, beber, dormir em horas regulares; são constrangidas a terem hábitos higiênicos, a serem calmas e obedientes mais tarde, obrigamo-las a aprender a pensar nos demais, a respeitar usos e conveniências, forçamo-las ao trabalho, etc., etc. se, com o tempo, esta coerção deixa de ser sentida, é porque pouco a pouco dá lugar a hábitos, a tendências internas que a tornam inútil, mas que não a substituem senão porque dela derivam. (1972. p. 8-11) “


Fica claro, portanto, que a tipificação das identidades decorre dos hábitos produzidos pelas estruturas sociais e os indivíduos desenvolvem o sentimento de pertencimento à essas estruturas a partir das práticas engendradas por esses hábitos.

Aqui observamos a lógica dos princípios geradores de práticas que podem ser influenciados completamente pelas relações que se processam na estrutura da sociedade, ou seja, onde ocorrem os encaixes e desencaixes, responsáveis pela formação das subjetividades e das identidades.

“A forma como nos vestimos, usamos nossos corpos, falamos, mostramos nosso entusiasmo e até o jeito como seguramos garfos e facas quando comemos são partes do modo como os grupos conformam a conduta de seus membros para que alcancem seus objetivos (Bauman, 2010.p. 39).”

Neste caso, é como se os encaixes nos grupos fossem os meios pelos quais se constroem as identidades, preparadas numa consciência coletivizada e inseridas nos imaginários através dos fatos sociais de forma coercitiva, genérica e exteriorizada. Os encaixes e desencaixes aqui referidos podem ser assim explicados:

“ [...] a construção da identidade e o equilíbrio da personalidade humana parecem demandar uma certa estabilidade, mas não a cristalização, de traços e relações pessoais e coletivas. Trata-se aqui do inverso, como resposta a eles, dos mecanismos de desencaixe: essa relativa estabilidade é fornecida por processos de reencaixe que, reflexivamente, consistem em outra característica saliente da modernidade. Com isso, o indivíduo pode perceber-se como membro de um grupo, de uma religião, de uma classe, de uma etnia que o inclui e que lhe dá sentido (Domingues, 2005.p.24).”



A construção do sujeito, em termo de identidade sociocultural passa, necessariamente pelo encaixe, desencaixe ou reencaixe do mesmo num dado agrupamento social, onde estão pré-definidos os componentes usados na formação da subjetividade e serão refletidos na identidade individual. Por essa razão, na medida em que ocorre um processo de transformação social horizontalizado, ou seja, mudanças sociais profundas nas estruturas das sociedades e que estas mudanças atingem diretamente os grupos, as identidades culturais também são efetivamente modificadas.

É neste contexto que as elaborações imagéticas da realidade se tornam elementos representacionais fundamentais na dialética entre política, imagem, mídia e poder, pois as imagens se transformam em estruturas mentais difusas, numa sociedade espetacularizada, que passam a compor as subjetividades e se transformam em modelos de cultura que, por sua vez, no sentido etnográfico se materializam em modelos de vida num entrecruzamento de ideologias parasitárias em determinadas conjunturas, provocando adesão e reprodução dos preceitos veiculados.

É aqui que as representações e simbologias das imagens convergem para a formação dos imaginários políticos que segundo MANIN (1995), se constitui como um processo no qual a dinâmica política é centrada na presença marcante e imagética dos líderes personalistas, contribuindo para o aparecimento de uma democracia da imagem, fluida, fragilizada e que acompanha o ritual midiático compositor dos cenários políticos, as vezes de forma desastrosa e desumana como,

por exemplo, a recorrente solicitação, em manifestações políticas conduzidas pelos agrupamentos alinhados com as perspectivas ideológicas de cunho fascista, populista e personalista, do retorno à ditadura, à instauração de um “novo” AI-5, ou que evoquem torturadores e práticas de ódio à minorias sociais, racismo, sexismo, machismo, além de uma ode à violência constante.

A “democracia da imagem” reduz a presença e as influências dos aspectos ideológicos coerentes, progressistas e vinculados as demandas de uma coletividade integrada por princípios emancipatórios e, conseqüentemente, de partidos políticos que são catalizadores dessas demandas.

A semiótica é o estudo dos signos, dos significados criados e atribuídos pelo “homem” enquanto espécie dotada de condição cognitiva reflexiva para esse feito, e os signos por sua vez são sinônimos das representações coletivas. Por essa razão, precisamos compreender, mais do que nunca, a presença das imagens nas configurações políticas e sua dialética com o poder expressivo dos líderes personalistas que fazem desse contexto, num terreno fértil ao autoritarismo e ao fascismo, um espaço a ser ocupado por suas ideologias e promover o aparelhamento de instituições fundamentais para a solidez de um Estado democrático, laico e de uma cidadania plenificada que não seja construída a partir de “políticas” gestadas em programas de auditório.

Dualidade Idiossincrática: A Democracia e a Camisa Canarinho

Por Alfredo Gomes e Yago Pontes.

A camisa da seleção brasileira de futebol sempre teve sua imagem muito trabalhada, cercada de significados, o símbolo do esporte mais popular do mundo, no qual o país se destaca no cenário internacional, é carregada de histórias. Apesar da já cansada máxima de que “Futebol e Política não se misturam” esse esporte foi e é uma escada para diversos fundos políticos, em contextos positivos e negativos ao longo da história.

16 de julho de 1950. Na cidade do Rio de Janeiro, no estádio Maracanã, 200 mil pessoas veem o Brasil perder de virada para o Uruguai, na final. Fato tido por muitos anos como o maior vexame da seleção nacional. Pelo menos até 2014.

Com essa data também surge o símbolo máximo da seleção: A camisa “Canarinho” como é conhecida

até hoje. Sim, nem sempre o uniforme de guerra futebolístico foi verde e amarelo. A partir daquele fatídico dia, na final da copa de 1950, realizada no Brasil, o escrete nacional vestiu branco, que assim ficou marcado como a cor da derrota, no internacionalmente conhecido “Maracanazo”.

Buscando um novo ânimo para os jogadores e torcedores do país, foi aberto um concurso que escolheu um novo uniforme, o requisito primordial é que tivesse as cores da bandeira do Brasil. E assim, desde o seu surgimento, a camisa verde e amarela foi atrelada a uma nova imagem: Limpa, sem máculas e vitoriosa.

Corte.

Dia 21 de junho de 1970. No calor humano e da temperatura mexicana, a seleção italiana e brasileira entrava em campo para realizar a final da Copa do Mundo de 1970. Era a primeira vez na história que duas campeãs se enfrentavam numa final. A magia de uma seleção que continha Pelé, Tostão, Rivelino, Jairzinho, Gérson, Clodoaldo, Gérson, Carlos Alberto Torres, Everaldo, Britto e Piazza levantava, pela terceira vez e após 90min e quatro tentos a um, a Taça Jules Rimet, sagrando o Brasil como primeiro tricampeão mundial de futebol.

A 6.924km de distância, na ponte México – Brasil, uma nação sorria com a conquista. O sonho do potencial brasileiro se concretizava na ponta da chuteira, e por um breve e ínfimo momento, a Ditadura Militar Brasileira foi esquecida e consolidada

no escopo social.

A camisa canarinho é um símbolo mor da identidade brasileira. A frase memética “Nada representa o Brasil mais que Samba, Futebol e Caipirinha” parte desse ideal. A seleção brasileira tornou a nação do Brasil conhecida, e os sorrisos e suor das conquistas em campo, escondiam a tristeza e as lágrimas que escorriam pela sociedade.

Concomitantemente, futebol e repressão caminharam juntos. Essa história teve seu começo nos anos 60. Com uma seleção bicampeã que vivia um mau momento, para a lateral do campo e como comandante desta nau, a então chamada Confederação Brasileira de Desportos (CBD) escalou em fevereiro de 1969 o jornalista, cronista e comunista João Saldanha para reacender o sonho futebolístico no Brasil, e apaziguar as críticas ao time.

Saldanha, que também já fora treinador do Botafogo e conquistara um Campeonato Estadual em 1957, aceitou o encargo e modificou a escalação, o estilo de jogo e a moral de uma seleção combalida durante o pouco mais de um ano em que ficou no cargo. Inúmeras foram as versões e fatos para a sua saída, e uma das mais proeminentes e difundidas, envolve o então presidente-ditador Médici e o pedido de escalação do atacante Dadá Maravilha.

A ditadura jamais teve a intenção de associar sua imagem a um comunista convicto. Muito pelo contrário, na verdade pretendia afastar Saldanha dos seus princípios. O objetivo era fazê-lo reconhecer a importância daquele governo militar em troca do cargo de técnico, porém ele jamais se dobrou à requisição e se utilizou da sua posição para continuar os protestos contra os ditadores.

Neste embate, Saldanha caiu a 78 dias da estreia do Brasil na copa. Zagallo, campeão como jogador na copa de 58, assumiu o cargo e – com pouquíssimas alterações no esquema de jogo e plantel – levou o time brasileiro à conquista. Desta vez, com um técnico muito mais afeitos às maquinações, mandos e desmandos de um governo ditatorial e de uma confederação escusa.

Não à toa, a festa de recepção da seleção campeã foi feita em carreatas e associadas ao militarismo vigente. A camisa canarinho, recebia o tom verde oliva sob seu manto.

Em 1979 foi criada a Confederação

Brasileira de Futebol, separando o futebol dos demais esportes. A sigla CBF passou a estampar o peito da camisa amarela. Como uma boa instituição privada, a CBF galgou o seu respeito como uma máquina de promover eventos e fazer dinheiro, que desde o seu surgimento buscou ampliar e divulgar a imagem imaculada de sucesso da seleção brasileira. (isso pode se resumir em duas frases no parágrafo sobre 82)

Outro ponto fora da curva. 16 de Abril de 1984, fase final da ditadura, no centro da cidade de São Paulo: Sócrates, camisa 8 do Corinthians e da Seleção Brasileira que estava no centro de uma possível transferência, se posta em frente a um milhão de pessoas bradando que se o projeto de lei que garantiria eleições diretas para presidente fosse aprovado, ele não deixaria o país.

Sócrates, o Doutor, é um dos principais nomes do esporte nacional. Notabilizou-se por, além do seu belo futebol, expressar suas ideias políticas em um dos momentos mais autoritários do país. Reconhecidamente foi o líder do movimento “Democracia Corinthiana” que garantiu que os próprios jogadores gerissem o clube. Ao lado de Wladimir e Casagrande, Sócrates participou diretamente de diversos movimentos sociais.

Em 1984, dois anos após compor a seleção da copa de 1982, que apesar de não vencer é uma das mais referenciadas pela sua qualidade, Sócrates estava à frente do movimento “Diretas Já”, que mesmo com enorme mobilização não obteve sucesso nas suas reivindicações.


Tal qual a seleção de 82, o movimento não saiu vencedor e o craque, também em forma de protesto partiu para Europa, mas ao fim deixou um legado de esperança e respiros de democracia.

Apesar do uso das cores verde e amarelo a camisa da seleção não foi utilizada largamente como símbolo identificador dos manifestantes, entretanto Sócrates, no seu melhor estilo meio campista, acabou por fazer uma ligação entre a imagem da seleção e as reivindicações da população, demonstrando o poder de mobilização do futebol.


A máquina da CBF investiu no marketing potencializando e popularizando o símbolo de orgulho nacional que a camiseta se tornara, sempre produzida por grandes marcas da indústria de produtos

esportivos, chegou a trazer os dizeres “Nascido para jogar futebol” colocando o povo do país como grande predestinado a vencer. Com o decorrer dos anos a camisa esterilizou-se de movimentos políticos e das reivindicações populares, tornando-se muitas vezes mera estética vazia e em tantas outras um símbolo que remete ao nacionalismo e patriotismo.

Com isso, no Dia 7 de julho de 2019, na Cidade do Rio de Janeiro, o Brasil é campeão da Copa América. A equipe verde e amarela levanta a taça entregue pelo presidente do país e que pouco tempo depois se junta a comemoração levantando ele mesmo o troféu, sendo saudado pela maioria dos atletas ao grito de “mito”.



Afinal futebol e política não se misturam, não é?



Desde os primeiros movimentos orgânicos de protestos realizados a partir de 2013, alguns manifestantes transformaram a camisa do Brasil num fardamento de repressão para irem às ruas. Sob a desculpa de livrar-se de qualquer contaminação política, a conotação política foi injetada nas veias dos manifestantes que canalizaram toda raiva e repressão em movimentos que contavam – lentamente, e cada vez mais – com conotações antidemocráticas.

O marco de origem dessa renovação da imagem da seleção, se deu após as eleições e a copa que ocorreram em 2014. Turbinados por uma política econômica ruim do então governo Dilma nos, à utilização da camisa da seleção brasileira se proliferou. O uniforme que havia sido esvaziado de significados políticos foi tomado pela extrema direita brasileira.

É conveniente para o fascismo colocar-se como despido de ideologias e partidos políticos, como um grande movimento que existe apenas para buscar o bem de todos, para cultuar a nação, e após a disseminação dessa ideia implantar toda o seu projeto de poder como algo correto, isento e bom. Após tantos anos estéril e longe das necessidades do seu povo.

Afinal futebol e política não se misturam, não é?

Foi fácil para os movimentos de extrema direita moldarem um símbolo que se apresenta atualmente com uma representatividade nula do povo brasileiro. Tomar conta da camisa da seleção brasileira, hoje é sinônimo de um caráter nacionalista e nada isento a que se propõe o governo pela minoria de elite. empreendedorismo e vitória tão exaltados pela nova direita brasileira.

Essa utilização alinha-se também a imagem de sucesso criada pela CBF, apesar dos escândalos de corrupção, o que passa para grande parte do público são os bons resultados da seleção, reforçando os ares de empreendedorismo e vitória tão exaltados pela nova direita brasileira.

Futebol é o povo. Ainda mais aqui no Brasil. O esporte que começou num ambiente elitista se desenvolveu e ganhou o mundo pela sua democracia e possibilidades. E uma ferramenta de tamanha comoção social é imensamente poderosa. Não à toa, vive-se uma crise ainda mais interna com o time do Clube de Regatas do Flamengo, que insiste por meio de uma diretoria chula e inconsequente, em retirar do povo que ergueu o maior time desse país a possibilidade de torcer, de ser representado e de fazer parte da emoção.

Estar politizado exige o diálogo, exige a representatividade. Os conglomerados, federações e confederações nada podem contra o fervor de um povo que viu as ruas tomadas em alegria e festa nas cinco conquistas mundiais, e manchadas de sangue, lágrimas e luto a cada segundo de existência diário. A seleção pode ser feita por eles, com seus Neymares, Daniéis Alves, Felipes Melo e afins. Mas foi construída nos braços de Sócrates, Casagrandes, Renaldos, Afonsinhos e muitos outros.

Afinal, somos 70% em ação. Pra frente Brasil. Salve a Constituição.

Corpos negros que caem: Quem não cuidou de Miguel?

Por Zuleide Fernandes

Dados do Brasil – mais de 30.000 mortos e dos Estados Unidos, mais de 100.000 mortos, estão escancarados nas redes sociais. Estes números têm raça e etnia, apontando que os negros são os que mais morrem durante a pandemia do COVID 19. Todos os dias acordamos com as notícias que escancararam, cada vez mais, as desigualdades sociais no Brasil e a sua relação com a negritude. Se vivíamos no disfarçado discurso de ‘democracia racial, a pandemia vem dizer que não, pois na hora do direito a respiração, são negros, trabalhadores e pobres que não têm direito a um respirador, a um leito.

Vamos lembrar: quem primeiro morreu de COVID 19 no Brasil – uma empregada doméstica, no Rio de Janeiro; quem perdeu seu filho para uma ação da polícia, em período de isola-

mento? Uma família negra no Rio de Janeiro, e seu filho estava em casa.

Esta semana, estamos dentro de vulcão que grita justiça por Georg Floyd, onde? Nos Estados Unidos. Quem ele era? Um homem negro. Atitude? Suspeito.

No dia 2 de junho, mais um corpo negro cai. Sim, cai do 9º andar. Da sua casa? Não, da casa da patroa da sua mãe que é empregada doméstica. Onde está mãe estava? Tinha levado o cachorrinho da patroa para passear... E com quem ficou esta criança? No apartamento da patroa, que não cuidou devidamente de uma criança, conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Estes acontecimentos se juntam para que possamos, de uma vez por toda, falar de “racismo estrutural”. Segundo Silvio de Almeida, quando falamos de raça [...] seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades. (ALMEIDA, 2018. p. 19).

O conceito nos leva a pensar como acontecimentos históricos, falo aqui da escravidão no mundo e em especial no Brasil, podem marcar definitivamente o povo negro. Palavra

cunhada pelos brancos, a estes não bastou apenas classificá-los como “outros sujeitos”, ou “cidadãos de segunda categoria”. Como isso acontece? Quando a estes é negado o direito às mínimas políticas públicas.

O caso do Menino Miguel, que morre ao cair do 9º andar, do apartamento da patroa da sua mãe, na cidade de Recife, dia 2 de junho, mostra as condições em que estão submetidos os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros: assalariados, informais, diaristas e desempregados, em sua maioria negros e mulheres.

Sem condições de trabalho e salários dignos, muitas mães são obrigadas a deixar os filhos em qualquer situação, dentre estas, não poder fazer o isolamento necessário, pois precisam comer e não receberam, o auxílio emergencial. A mãe de Miguel representa outras centenas de mães nesta mesma condição, ou pior. Não bastando o risco de contaminação para si, as mães submetem seus filhos aos riscos porque não têm onde deixar. Afinal o espaço do lar e as aulas remotas não são para todas as crianças e jovens no Brasil.

Estas histórias eram cenas anunciadas quando assistimos o congelamento dos recursos da assistência e da educação, quando aconteceu as reformas trabalhistas e da previdência, quando o governo Bolsonaro veio propor míseros R\$ 200,00 para auxílio aos pobres. E, se não bastasse, ainda afirma que o “destino é a morte”. Só não tem coragem de continuar a frase e dizer “o destino é a morte dos trabalhadores, pobres, da periferia e negros”.

Por isso, não temos mais dúvida de que estamos diante de um governo que acusamos de aplicar a política da morte aos pobres – uma necropolítica.

Sabemos que cada corpo negro que cai, agora é motivo de levante popular, mas aliado ao nosso sentimento de luta por justiça precisamos apontar uma saída para o Brasil e, a principal é, Fora Bolsonaro, pois aliamos possibilidades de esperança e de vida contra uma política da morte.

Todo nosso apoio a mãe de Miguel e vamos participar da nossa campanha “A vida vale mais que os lucros”!



Sobre bandeiras e identidades

Por Leandro Colling

A ampliação, reconhecimento e organização das identidades sexuais e de gênero geraram vários efeitos em nossa sociedade nas últimas décadas. Inclusive novas bandeiras foram criadas, nos últimos anos, para representar especificamente determinadas identidades, a exemplo das pessoas trans, intersexos, lésbicas, não-binárias, pansexuais e assexuais. Até subculturas homossexuais, como é o caso dos ursos, criaram as suas próprias bandeiras. No entanto, a mais famosa delas continua sendo a bandeira do arco-íris, criada em 1978 pelo americano Gilbert Baker.

Na bandeira criada por Baker, existem seis cores e cada uma possui um significado: o roxo representaria a

força; o azul, a arte; o verde, a natureza; o amarelo, a luz; o laranja, a cura, e o vermelho, a vivacidade. Baker teria se inspirado na cultura hippie, que via o arco-íris como um símbolo da paz, e na canção *Over the rainbow*, interpretada por Judy Garland, em *O mágico de Oz* – cuja letra descreve um lugar pacífico “além do arco-íris”. Garland era um ícone para a comunidade gay da época.

40 anos depois, outro americano, Daniel Quasar, criou uma nova versão para a bandeira, que seria mais inclusiva. Além das cores do arco-íris, a proposta dele conta com uma faixa preta e marrom, em referência à diversidade racial, e o rosa, branco e azul, que representam as identidades trans e intersexo. Algumas pessoas também defendem a inclusão do preto para fazer referência ao luto pelas pessoas mortas em função do HIV-Aids e da LGBTfobia.

Essa proliferação das bandeiras é uma consequência do desenvolvimento das lutas identitárias e da constante ampliação e recriação das identidades. Quando

os/as teóricos/as defendem que as identidades não são fixas, eles/elas não tiram essa ideia do nada. Pelo contrário, a evidência disso vem da própria sociedade na qual vivemos. Por exemplo: o primeiro grupo de homossexuais criado no Brasil, em 1978, inicialmente se chamava Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais e, no final daquele ano, após uma discussão acalorada, o coletivo chegou a um acordo e o rebatizou como Somos: Grupo de Afirmação Homossexual.

Logo depois, outros grupos foram criados pelo país e assim se constituiu o que se chamava, naquela época, de Movimento Homossexual Brasileiro. Hoje usamos uma sigla bem mais ampla, como LGBTQI+ ou até siglas maiores. Em Montreal, no Canadá, nas festividades do mês da diversidade de 2018, o movimento social organizado usava a seguinte sigla: LBTTQQAAP2G+ (lésbica, gay, bissexual, trans, travesti, queer, em questionamento, intersexo, assexual, agênero, pansexual, dois espíritos, gênero queer ou não binário).

Ou seja, no princípio do movimento social organizado, apenas a categoria identitária homossexual era usada. Não demorou muito para que os tensionamentos começassem a aparecer porque as lésbicas, por exemplo, não se sentiam contempladas com a categoria homossexual porque ela, em nossa cultura, remete muito para uma identidade masculina. Hoje pode parecer anedótico, mas naqueles anos inclusive se auto identificar como homossexual era algo que muitas pessoas rejeitavam, pois elas preferiam se identificar como entendidos ou entendidas, em especial com pessoas conhecidas e nos ambientes de sociabilidade daquela época. A emergência da categoria gay também gerou muitos debates. Determinadas pessoas criticavam a palavra gay por ela ser americana e outros preferiam grafar de outra forma: guei.

E hoje, mais do que nunca, a identidade homossexual não dá conta de toda a diversidade sexual e de gênero expressa nas várias bandeiras e identidades. Na atualidade, temos inclusive várias pessoas heterossexuais dentro da sigla LGBTQI+. E não estou me referindo aos heterossexuais simpatizantes ou aliados da causa.

Nos últimos 15-10 anos, a nossa sigla, que por muito tempo parecia tratar apenas de sexualidade, também passou a fazer referência à diversidade das identidades de gênero. Inicialmente, as identidades travestis e transexuais eram entendidas como variações da homossexualidade. Porém, nos últimos anos, ocorreu uma grande mudança em torno desse tema e hoje essas identidades são entendidas como variações das identidades de gênero. Resultado: uma pessoa travesti ou transexual pode se identificar como heterossexual, homossexual, bissexual, gay, lésbica, pansexual ou qualquer outra orientação sexual. Por exemplo: uma mulher trans (pessoa que foi designada como homem no nascimento e que passou a se identificar como mulher) pode ser uma mulher trans lésbica, por exemplo.



Amar em
tempos de ódio
é revolucionário.

Outras combinações muito interessantes, que envolvem gênero e sexualidade, têm sido produzidas, como pessoa trans não binária heterossexual.

Essa mudança na compreensão sobre as travestilidades e transexualidades foi crucial para as lutas em torno da despatologização dessas identidades e para o direito à retificação de nomes, sexo e gênero nas certidões de nascimento e carteiras de identidade. No dia 1º de março de 2018, o Supremo Tribunal Federal aprovou, por unanimidade, que as pessoas trans podem mudar nome, sexo e gênero nos seus documentos sem a necessidade de passar por cirurgias ou avaliações médicas e/ou psicológicas. O STF

entendeu que cada pessoa tem o direito a identificar a qual gênero deseja pertencer.

Essas e outras transformações são mais algumas evidências de como as nossas identidades e as formas como entendemos as identidades se modificam ao longo do tempo. Por mais que determinadas pessoas queiram fixar as identidades, elas não se deixam aprisionar facilmente.

Sidália Maria

Por Theresa Feitosa

E foi assim, no ano de 1999 que Sidália Maria iniciou em um projeto de musicalização com crianças, através de uma instituição filantrópica chamada Lar assistencial Francisco de Assis - LAFA, onde eram desenvolvidos alguns projetos de incentivos e resgate à cultura com o objetivo de conscientizar a criança e valorizar a riquezas culturais da Região do Cariri. O projeto foi conduzido por nada mais, nada menos do que Francisco Di Freitas: músico e luthier renomado no território Caririense por seu valor e resgate cultural. Junto a tudo isso, nascia a Orquestra Armorial do Cariri, uma das primeiras orquestras de rabeca do Brasil e, da qual Sidália Maria passou a fazer parte e prossegue até então.

A rabequeira Sidália Maria, além de instrumentista, luthier e brincante, também é integrante da Companhia Luz do Conto, grupo de contadores de histórias que buscam valorizar e transmitir a Oralidade do Cariri Cearense, onde ela desenvolve trabalhos como contadora de histórias e instrumentista. Ela acredita que são nesses hibridismos, onde existem inúmeras possibilidades de fazer arte e, o melhor, fazer arte de maneira natural, pois não importa se ela se utiliza da música, teatro ou contação de histórias, mas sim, a emoção de quem transmite e quem recebe.





Além disso, a veia da magistratura também é marca presente em sua vida, tendo lecionado durante alguns anos aulas de violino voltadas para a comunidade do Horto em Juazeiro do Norte – CE, dentro de um projeto desenvolvido e guiado pela Associação dos Voluntários para o Bem Comum (AVBEM), sempre buscando – nas próprias palavras – passar para o público o fascínio pelas sensações que a música transmite.

Como ela citou, o processo artístico atual dela passa pela Orques-

tra Armorial do Cariri, reconhecida pelo uso de instrumentos populares da região como a própria rabeca que ela toca, como também o pífano, zabumba, viola caipira, e vários outros. E esse desenvolvimento passa pelo “Pai da Música” como ela mesmo define o Di Freitas, que “ajuda u a lapidar a minha personalidade e amor pela música”. Desde os 8 anos de idade em sintonia, hoje ela colhe os frutos dessa paixão musical.

E conforme o papo vai, o impacto da pandemia dá as caras. Ela afirma que a pandemia separou as pessoas fisicamente e que isso é de um impacto imensurável, por que “nada se compara a sensação de apreciar música sentindo a sua vibração real, nos ensaios, nas apresentações e etc.” e também gerou uma quebra de rotina e até uma certa ansiedade por esse abalo. Mas nem tudo é tragédia, ela afirma que há também um lado positivo, ou pelo menos, menos danoso. Através da reclusão ela pôde ter a oportunidade de experimentar com as ferramentas de edição e se maturar um pouco mais no processo de fazer arte nas redes, especialmente com as apresentações em lives.

Ainda falando sobre o ofício na Orquestra Armorial, ela é categórica em afirmar que é muito feliz em ser rabequeira. “Ser mulher nesse meio é bastante representativo pois no Ceará só se tem registro de uma Mestra Rabequeira: Dona Ana, a qual tenho bastante orgulho e apreço. Além de que sou a única rabequeira no curso de Música da UFCA.” Apesar disso, o céu é o limite, já que aquele estímulo de magistério dá as caras e revela um sonho: “Sonho (alto) em um dia poder contribuir na criação de um Curso de Cultura Popular, quem sabe...”

Mais do que mensagens, Sidália busca transmitir sentimentos, sensações e emoções. Com a crença firme na máxima que fazer arte é resistência, se utilizar das manifestações culturais tão fervilhantes na região do Cariri é uma

valorização e reconhecimento do que veio antes, do que é passado de geração em geração, além de bater de frente contra a fragilidade do apoio (quase) inexistente do poder público. E ela expressa isso bem ao falar da sua relação com a cidade: “Juazeiro do Norte é uma cidade onde se tem muitas manifestações culturais. Reisado, lapinha, maneiro pau, bandas cabaçais e muito mais... e a musicalidade destas expressões costumam naturalmente encontrarem se nas ruas, nas feiras, nas vestes, nas festas populares e religiosas com seus grupos ligados a oralidade e em seus mestres populares. Eu procuro valorizar e reconhecer a beleza melódica existentes no mítico e riquíssimo imaginário popular das canções ligadas a tradição oral e seus Mestres, brincantes, dos seus instrumentos populares, seus saberes e fazeres.”

E já no fim do nosso papo, Sidália vai além: O Concerto Rabeca Tradição Cariri, onde ela interpreta benditos populares acompanhados da rabeca já está em desenvolvimento à todo vapor, e muito em breve ela planeja estar nas redes sociais (Instagram: @sidalia.maria / Facebook: Sidália Maria / YouTube: Sidália Maria) conversando sobre a rabeca e demonstrando pequenas canções desse repertório, assim como vídeos de contação de histórias, em que ela está “dando os primeiros passos” nessa nova arte. E nós estaremos esperando para conferir cada um deles.

residência
ciare
dênciare
esidênciare
iare
ênciare
sidênciare
are
nciare

Residência

Bordadinha

Por Theresa Feitosa

Originado em meados da Pré-História, o Bordado, até o presente é reconhecido por sua grande representação cultural, humana e, por que não, artística. Ele, assim como outras inúmeras formas de manifestação cultural/artística manuais, existe uma abundância de variações técnicas, pontos, aplicações e motivos pelo qual o bordado versa, atravessa e resiste.

Assim como aprender a andar de bicicleta quando criança, era a cultura do bordado para algumas famílias, nada substituía o prazer das linhas, cores e da criação. Não obstante, o bordado manual, perpassa o significado de enfeites estéticos quais identificamos a priori, tornando-se também, uma maneira de resistência, terapia e arte. E foi por esses e outros motivos de resgate, revalidação cultural e artística através do bordado que surge a paixão da Elinadja Fonsêca.

Elinadja Fonsêca, ou como muitos a conhecem, Dinha e, quem sabe, Bordadinha, é natural de Assu, Rio Grande do Norte e graduada em Serviços Sociais. Ela inicia sua trajetória com o bordado no transcurso de 2018 como uma prática terapêutica e de resistência para com tudo que estava previsto acontecer no Brasil no ano em que ela iniciou com o bordado manual.

Sim, meus caros, estou me referindo àquele acontecimento ilustre (contém ironia): o pleito eleitoral de Jair Messias Bolsonaro e sua vitória em seguida. Residindo desde então em Crato - CE, Dinha, ao se deparar com o forte avanço do conservadorismo e Neofacismo proclamado durante as campanhas eleitorais e governo do referido acima, sentiu necessidade de expor todas suas angústias e ansiedades, debruçando-se assim à cultura do bordado manual.

Incentivada pelo seu parceiro, Elinadja seguiu em frente. Mesmo não tendo ainda nenhuma afinidade com as linhas, agulhas e cores, ela acredita terem sido as memórias afetivas das suas tias e avós que contribuíram para seu desejo de bordar. Dali em diante, o bordado abriu novas portas, possibilitou novas formas, cores e texturas em sua vida. Cada vez mais o bordado passou a ser um meio de resistência, principalmente tratando-se de Dinha. Para ela, tudo que somos e fazemos é um ato político, desse modo, ela reflete essas constatações no seu trabalho, fazendo do bordado uma manifestação política de oposição, luta e resistência.





POVO NEGRO
UNIDO
É POVO NEGRO

Amar
tempos de ódio
é revolucionário.

ANTIFA

AMÉRICA
ES
MARICA

GRL
PWR

POLÍTICO
VOCÊ É UMA MULHER

A receptividade dos seus bordados, afirma Bordadinha, tem sido muito boa, sente que a repercussão do seu trabalho está cada vez mais próximo daquilo que esperava proporcionar: o debate e a reflexão de tudo aquilo que está sendo dito por intermédio de sua arte. Ele, o bordado, além de um recurso artístico para seu desabafo, também é tido como fonte de renda, no qual eles são comercializados.

Devido o isolamento social causado pelo surgimento da COVID – 19, Elinadja vêm procurando meios de superar as mudanças no comércio dos seus bordados. Apesar de realizar as vendas também pela internet através de sua página @borda_dinha, localizada na plataforma Instagram, era nas ruas e feiras ambulantes onde tinha mais visibilidade, contato com aqueles que consumiam sua arte e onde se dava a maior parte das suas vendas como: Feira das minas e Feira Ocupar e Resistir, das quais ela faz parte. Além de ter um espaço para suas vendas, as feiras, também eram locais em que ela poderia interagir com pessoas através de debates, trocas de saberes e contatos que

julga preciosos para seu crescimento.

Durante esse cenário de reclusão social, Dinha tem concentrado seus esforços para a retomada do Baile Rebeldia. Esse projeto se propõe ocupar espaços públicos e levar música de forma gratuita para a juventude. Ele é um projeto coletivo, desenvolvido por o fluxomarginal, pontes criatividades, Dj Iran e Dextape emece, com participação da feira Ocupar e Resistir na programação – para mais informações sobre o desenvolvimento desse projeto, você pode estar visitando o perfil no instagram @bailerebeldia.

Hoje, Elinadja Fonsêca, compreende o papel político do seu trabalho, assim como reconhece as diversidades que compõem sua arte, desse modo, ela busca romper todos os estigmas causados por uma sociedade patriarcal e elite conservadora da qual pertencemos.

babilônia babilônia
lônia babilônia b
ababilônia babil
bilônia babilônia
niababilônia bab
abilônia babilôn
ônia babilônia ba
babilônia babilôn
lônia babilônia b

Babilônia

Duas delicadezas e um soco

Por Ricardo Salmito

O que pode nos salvar em tempos de pandemia? Pouca coisa. O cuidado mínimo e óbvio com a saúde e, sob reinvenção, os afetos e a arte. O momento recluso ou de saídas diminuídas, pela proximidade ou risco do mal, nos coloca o dilema do cotidiano e da existência. Prima empobrecida no decorrer do tempo do universo dos conselhos, dos avisos e da providência, a literatura (ainda) pode nos salvar. E nos salva, não por fluir palavras de agrado e desagrado, ou antidoto. Também não é cloroquina (para boi dormir). A literatura nos salva menos pelo exemplo, menos pelos escritores e escritoras, e mais pela

abertura do campo da imaginação e diálogo íntimo com um mundo em fluxo, essenciais para o balizamento de sonho e realidade.

São muitas as obras que poderíamos elencar para (re)ler ou metaforizar nossa quarentena, seja pelo isolamento, seja pela doença que nos ronda. *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe; *A Peste*, de Albert Camus; *O Amor nos tempos do Cólera*, de Gabriel Garcia Márquez, *Ensaio sobre a cegueira*, de José Saramago me vêm rapidamente à memória.

Queria, entretanto, falar de outras obras que me acionam de forma menos direta, que são menos conhecidas e não por conta disso menos impactantes. Autorxs mais invisíveis, que não estão nas prateleiras das livrarias que sobreviveram, pelos variados motivos que fazem e desfazem a divulgação, a escolha por traduzir e publicar, a distribuição/venida de livros etc. Vou falar aqui de três isolamentos. De ângulos e intensidades variados.

A primeira obra que me veio de forma muito intensa é o romance breve *A Amortalhada*, escrito por María Luisa Bombal. Chilena de narrativa mágica e intensa, pouco conheci-

da no Brasil, talvez pela pequenina trajetória literária e pelo pacote de características de invisibilidade dos anos 1930 (apenas nos 30...!?), ou seja, se tratar de uma mulher, latino-americana e feminista. O texto relata a estória de Ana María em seu caixão, imóvel, recebendo o velório dos seus conhecidos. Abertos os olhos, ela os vai revisitando um a um, ali na imobilidade de seu amortalhamento...

A morte na perspectiva de si mesma, não pelo sofrimento, mas certa resignação poderosa de ver, como por trás da porta, as pessoas de sua convivência anterior. Ela vai tecendo o fio da memória, tendo a sua própria morte como narrativa.

“Nenhum gesto meu jamais conseguiu provocar o que minha morte conseguiu. Veja você, a morte é também um ato de vida. Não chore, não chore, se você soubesse! Vou continuar alentando você, evoluindo e mudando como se estivesse viva. Você vai me amar, me rejeitar e voltar a me amar. E é possível que você morra antes que eu me esgote e morra em você. Não chore...”

Bombal caminha seu texto numa perspectiva de profunda intimidade e delicadeza com a dose de realismo mágico muito bem aplicada, que de tão leve, já a esquecemos logo ao seguir o decorrer das linhas. Nada está excessivo, nada se desprende do fio escolhido e composto. Ana María questiona a si mesma, a seus amigos e parentes e a nós todos através de seu lugar de (fala de) morta.

É de lá, de seu principal e último aprisionamento, que a personagem nos remete a nossos percursos pessoais e nossas prisões cotidianas de desejos, segredos e realizações. O que queremos e o que fazemos dos nossos afetos e afetações durante a vida, antes de morrer e já mortos?

Uma segunda indicação de leitura é O músico cego, de Vladimir Korolenko. Assim como María Luisa Bombal, autor também pouco conhecido no Brasil. Esta narrativa russa bem tradicional, escrita em 1886, traz a estória de Piótr Popélski. O menino nasce cego e vai crescendo com todos os cuidados e preocupações de quem não se apresentou com a ‘normalidade’ das outras crianças.

As ocasiões e decorrentes dificuldades em se prosseguir a educação do menino e como ele vai se conduzindo na vida, seguem dando o tom da narrativa. Entretanto, o estranhamento de comportamento e reações de Piótr vão seduzindo, aos poucos, o leitor a compreender que as esquisitices são a maneira de sua apreensão de mundo. Assim cego, ele

“conhecia o mundo de fora somente pelas canções, pela história e pela literatura. Nos dias calmos, pelo sussurro do jardim, ele ficava sabendo sobre as tempestades e agitações do mundo longínquo. E tudo isso se desenhava a ele através de uma névoa mágica como uma canção épica ou como um conto de fadas.”

Uma Ucrânia rural e verdadeira segue meio displicente como fundo e como motivador de sua experiência. À época, a região fazia parte do Império Russo. Esse lugar 'de verdade', rico e saudoso cumpria o papel de motivar e ajudar a desenvolver sua sensibilidade e sua arte.

Portanto, sem o acesso a visibilidade, fechado no escuro total, cada movimento, som ou vento merece o máximo de atenção do garoto. Sua sensibilidade vai se formando através deste aprisionamento de sentido, apanhado de forma extrema a cada gesto ou manifestação da natureza.

A terceira e última indicação é a obra *Morra, amor*, escrita pela autora argentina contemporânea Ariana Harwicz. O livro é de uma intensidade impressionan-

te. Presa no pacote das convenções sociais de rotina da casa, do casamento e da maternidade, a personagem anseia de forma muito contundente uma liberdade possível em todas as ações. Através de frases breves e ritmo frenético de escrita, a estória se constrói a partir do conjunto de reações de sua protagonista a seu enclausuramento no cotidiano familiar em uma casa na zona rural da França.

A personagem, sem nenhuma pausa para respirar, segue seu turbilhão de pensamentos de destruição e liberdade, nos indicando a brecha entre o devaneio e a realidade imediata, entre a normalidade e a loucura. Insiste o desejo. Não de uma realização, nem de bens de consumo, nem de amor. Aliás, o que é o amor?

“olho o vento que balança o pasto, que o ondula, o separa da terra. Olho para a natureza, ela me olha. O desejo é um alarme que não consigo desativar.”

O leitor é colocado na situação sem uma causa motivadora do turbilhão da personagem. “não tenho esse perfil nem combina comigo a história trágica para poder me safar com aquela de agiu sob violenta emoção. Não fui violentada pelo meu avô ou pelo meu tio, eu tive infância, mas a esqueci. Não me lembro de nada anterior a ontem, quando pus o pé na estrada. Vou dar trabalho para os especialistas. Sou fruto de uma família normal. Normal demais.”

O livro passeia no cru do desejo. “Desejar é como ter um caramelo grudado no pescoço, no couro cabeludo, na jugular”. Não há reviravolta. O humano não precisa disso, para quem se volta ao emaranhado

de si mesma. Sufocada cada vez mais com a carga social internalizada de cuidados com a casa, com o marido, com o filho e consigo mesma, ela escapa. Tenta fugir do inevitável, mas ninguém sai ileso de si, por mais que se queira cumprir uma rota de “tristeza excitante, selvagem”.

A personagem não tem nome. O livro não está posto com essa nomeação. Não há nomes, aliás... Apenas o bebê, o marido, a sogra. Porque o desejo é sem nome e a literatura, se tiver alguma função, é a de poder promover o dar-se conta de nossos aprisionamentos, para se tentar, mesmo antevendo o fracasso, a libertação dos limites da linguagem de dizer de si e do mundo, linha a linha...

Convidadx's especiais

Raulino Chaves

é doutor em Ciência Política pela UNICAMP, vinculado ao Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas da UECE.

Monalisa Soares

é professora da UFC e integra o Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM).

Pedro Adjedan

é professor da UNILEÃO, membro do Instituto de Pesquisas Socioculturais do Cariri – IPESC José Marrocos/URCA.

Alfredo Gomes

é Advogado especialista nas áreas trabalhista e previdenciária.

Zuleide Fernandes

é professora da URCA, Militante do PSOL e da Resistência Feminista.

Leandro Colling

é professor da UFBA e integrante do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Culturas, Gêneros e Sexualidades (NuCuS).

Textos

Theresa Feitosa

Yago Pontes

Gilles Diniz

Diagramação e Projeto Gráfico

Andressa Martins

Ana Luiza Batista

Professor Orientador

Ricardo Salmito

